

BREVE HISTÓRIA DA
GUERRA CIVIL
DE ESPANHA

HELEN GRAHAM

BREVE HISTÓRIA DA
GUERRA CIVIL
DE ESPANHA

Tradução de
Vladimiro Nunes



LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXXIII

© 2005, Helen Graham

© 2006, Edições tinta-da-china, Lda.
Palacete da Quinta dos Ulmeiros
Alameda das Linhas de Torres, 152 — E.10
1750-149 Lisboa — Portugal
Tel.: 21 726 90 28
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

The Spanish Civil War — A Very Short Introduction

was first published in English in 2005. This translation is published by arrangement with Oxford University Press. Not for sale in Brazil

The Spanish Civil War — A Very Short Introduction

foi originalmente publicado em inglês em 2005. A presente edição resulta de um acordo estabelecido com a Oxford University Press. Esta edição não pode ser vendida no Brasil

Título: *Breve História da Guerra Civil de Espanha*

Autora: Helen Graham

Tradução: Vladimiro Nunes

Revisão: Tinta-da-china

Capa: Vera Tavares

Composição: Olímpio Ferreira e Vera Tavares

1.ª edição: Agosto 2006

1.ª edição de bolso: Maio de 2023

ISBN 978-989-671-751-3

Depósito Legal n.º 515983/23

*Tens de lembrar-te disto
e garantir que os outros se lembram.*

LUIS CERNUDA

Índice

Prefácio e agradecimento	9
1. As origens da Guerra Civil de Espanha	17
2. Rebelião, revolução e repressão	47
3. Mobilizar e sobreviver: a República em guerra	73
4. A construção da Espanha rebelde	119
5. A República sitiada	149
6. Vitória e derrota: as guerras depois da guerra	195
7. Os usos da história	229
Lista iconográfica	251
Notas	253
Outras leituras	257
Cronologia	263
Glossário	271
Índice remissivo	273
Nota biográfica	279



G.M.

Prefácio e Agradecimentos

De entre as dolorosas catástrofes da história europeia século xx, a Guerra Civil de Espanha continua, hoje, a exercer um particular fascínio. A força desta atracção não pode, decerto, ser explicada em termos da escala geográfica e humana do conflito ou dos horrores tecnológicos a que então se assistiu, uma vez que, em matéria de destruição material e de tragédia humana, a guerra de Espanha é mitigada por outros conflitos. E mesmo se incluirmos isto numa análise comparativa o horror continuado de prisões e de assassínios em massa que foi o «pós-guerra» na Espanha dos anos 40. Porém, o vínculo que estabelecemos com a Guerra Civil de Espanha é inegável, tendo gerado mais de 15 mil livros – um acervo bibliográfico que rivaliza com o da Segunda Guerra Mundial.

O principal objectivo deste pequeno livro é explicar a Guerra Civil – as suas causas, o seu curso e as suas consequências, tanto no âmbito interno como no internacional. O texto não trata em detalhe de batalhas ou de estratégia, pelo que os leitores mais interessados na história militar convencional devem procurá-la noutra bibliografia (ver leituras adicionais). No seu todo, a obra debruça-se principalmente sobre forma como a guerra afectou as vidas física e psíquica de soldados e civis, e sobre a forma como moldou

o curso da política, da sociedade e da cultura em Espanha, mas também além-fronteiras.

A Guerra Civil de Espanha foi o primeiro conflito da Europa em que os civis se tornaram alvos em massa, através de bombardeamentos em grandes cidades. O novo fotojornalismo, que fez dela a primeira guerra «fotogénica» da história, transmitiu imagens impressionantes do vasto número de refugiados políticos que o conflito produziu. Já durante a Primeira Guerra Mundial tinham ocorrido migrações populacionais, mas nenhuma obteve a visibilidade das que aconteceram em Espanha. A Guerra Civil impressionou profundamente aqueles que a ela assistiram a partir de outros países europeus. Para os próprios espanhóis, o choque foi enorme. Não havia termos comparativos de referência, por mais remotos que fossem, para a mobilização militar, industrial, social e política que a Guerra Civil provocou, uma vez que Espanha não tinha participado na Primeira Guerra Mundial de 1914-18. Como é sobejamente conhecido, Espanha também se tornou o local onde outras potências testavam as mais recentes tecnologias de guerra. Ainda mais friamente, o conflito revelou o que poderia significar a guerra em solo europeu, pressagiando os conflitos purificadores, genocidas e vingativos de muitas outras guerras civis que grassaram pelo continente entre 1939 e o final da década de 40.

O que isto também indica é que, mesmo nas suas origens, a Guerra Civil de Espanha foi um fenómeno intrinsecamente europeu. Não se pretende aqui sugerir que as

tensões e ansiedades no interior da sociedade espanhola, que conduziram ao golpe militar que precipitou a guerra, tenham sido geradas por outras causas que não as de origem interna. Contudo, nem a polarização social e política em torno de questões como o sufrágio universal, a reforma da segurança social e a redistribuição da propriedade fundiária e do poder económico nas zonas rurais, nem os conflitos culturais que então se faziam sentir (desde antes da eclosão da Guerra Civil) em torno das reformas secularizantes ou da oposição entre cosmopolitismo urbano e tradição rural, aconteceram exclusivamente em Espanha. As pretensas «soluções» para o conflito espanhol carregavam consigo todos os ingredientes das receitas monolíticas impostas por outros regimes fascistas ou quase fascistas um pouco por toda a Europa. Este contexto partilhado fornece a chave para explicar por que razão a Guerra Civil exerceu um impacto tão forte fora de Espanha e por que razão continua hoje a ressoar o sentido da importância da guerra. O segundo objectivo deste livro consiste, portanto, em examinar os debates históricos e as polémicas políticas que a Guerra Civil alimentou, já que a sua discussão nunca foi território exclusivo dos historiadores profissionais – tanto em Espanha como nos outros países.

O capítulo 1 procura esclarecer tematicamente os factores em conflito na história espanhola do século xx, explorando o papel que desempenharam nos anos 30. No entanto, não fornece uma narrativa completa e cronológica dos anos de república que antecederam a guerra

(1931-36), uma vez que esta se encontra facilmente disponível em muitas outras fontes (ver leituras adicionais). Estes conflitos são desenvolvidos no capítulo II, que explora a forma como os diferentes quadrantes políticos e sociais procuraram resolvê-los na sucessão de acontecimentos desencadeada pelo golpe militar de 17 e 18 de Julho de 1936. Estes dois primeiros capítulos também procuram retratar a cultura de caserna e de campo de batalha (colonial) em que se formaram os militares do exército que se insurgiram contra a segunda república democrática, entre eles o general Francisco Franco, que ascendeu à suprema liderança militar e política durante a Guerra Civil e que, tendo-a conquistado, governou Espanha durante os 36 anos seguintes. Os capítulos III, IV e V exploram não só a escalada do conflito ao longo do seu complexo processo de internacionalização, mas também o modo como a experiência de guerra moldou a política e a sociedade – quer nas zonas republicanas quer nas franquistas – e como, em última análise, a política e a diplomacia das grandes potências foram determinantes para o seu desfecho.

Na sua globalidade, o livro percepçiona a Guerra Civil como um cenário de transformação social onde nasceram e subsistiram diferentes ideias sobre cultura (entendida no seu sentido mais lato), e no qual participaram, com o mesmo grau de envolvimento, cidadãos espanhóis e estrangeiros. Estes conflitos haveriam de continuar por toda a parte – não apenas na Europa – durante a Segunda Guerra Mundial de 1939-45. O capítulo 6 trata destes temas, bem

como da violenta repressão exercida em Espanha por um regime que se considerava parte da nova ordem nazi na Europa. Inerente às aspirações totalitárias do franquismo vitorioso, houve uma tentativa de branqueamento da memória dos derrotados. A própria escrita da história tornou-se campo de batalha. O capítulo VII documenta a tentativa de o regime se apropriar do passado, bem como o subsequente fracasso – patente na nova historiografia da guerra e, acima de tudo, no regre so da memória republicana que hoje se verifica através dos canais da sociedade civil espanhola no começo do século XXI.

No final do livro, a secção de leituras adicionais fornece uma lista sucinta de material introdutório. Também inclui algumas sugestões ecléticas, assim como outras relativas aos sítios de internet mais relevantes. Contudo, os leitores devem ter presente que boa parte da mais inovadora pesquisa académica sobre a Guerra Civil de Espanha não se encontra disponível em português. As sugestões de leitura adicional não podem, por isso, dar uma ideia da amplitude e da abundância da bibliografia de ponta, por ora predominantemente em língua espanhola, mas poderão, espero, fornecer um ponto de partida que será útil ao leitor comum.

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que leram esboços do meu texto, e também a Emily Jolliffe e Marsha Fillion, por serem editoras amáveis e pacientes. No que respeita à ajuda específica com fontes escritas ou visuais, ou ao auxílio a nível tecnológico, estou em dívida para com

(por ordem alfabética): Peter Anderson, Richard Baxell, Benito Bermejo, a família Campañá, Hilary Canavan, Cornell Capa, Jane Durán, o falecido Harry Fisher, Lala Isla, Conxita Mir, Cary Nelson, Paul Preston, Alex Quiroga, Antonina Rodrigo, Francisco Romero, Mariano Sanz, Ramón Sender Barayón, Rémi Skoutelsky, Mary Vincent e Ricard Vinyes. Mais genericamente, gostaria de agradecer aos meus amigos, colegas e alunos, por tudo o que me ensinaram sobre o esforço colectivo de fazer história. Todas as restantes insuficiências e erros são, obviamente, da minha inteira responsabilidade.



Alianza de Intelectuales para la Defensa de la Cultura, 1936/1937



Juan Antonio Morales, 1936

1. As origens da Guerra Civil de Espanha

Vivam aqueles que nos trazem a supremacia da lei.

A Guerra Civil de Espanha começou com um golpe de estado. Havia um longo historial de intervenções militares na vida política espanhola. O golpe de 17 e 18 de Julho de 1936, ainda que se enquadrasse nesse contexto, apresentava um objectivo inusitado: travar a massificação da democracia política que se iniciara com a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa e que fora acelerada pelas consequentes mudanças sociais, económicas e culturais dos anos 20 e 30. Neste sentido, a insurreição militar contra a segunda república democrática em Espanha foi o equivalente às viragens fascistas em Itália e na Alemanha, com a chegada ao poder de Mussolini (1922) e de Hitler (1933), também elas concebidas para controlar manifestações de mudança social, política e cultural.

À primeira vista, pode parecer contraditório que, no pacato território espanhol, o embate entre o antigo e o novo tenha degenerado numa Guerra Civil em larga escala. No entanto, antes de mais e acima de tudo, temos de recordar que a transformação do golpe militar em Guerra Civil, e depois em guerra «total» moderna, envolvendo a grande maioria da população civil, decorreu essencialmente de factores externos ao panorama espanhol. Também é

verdade que, quando procuram identificar retrospectivamente as causas da Guerra Civil, os espanhóis recorrem com frequência a pensamentos e sentimentos que foram gerados pela guerra propriamente dita. Apesar de ter vingado a ideia da existência de «duas Espanhas» prontas a confrontarem-se a 18 de Julho de 1936, «nós» e «eles» foram categorias forjadas pela experiência violenta da guerra, e não existiam propriamente antes dela.

Todavia, mesmo no rescaldo imediato do golpe militar de Julho, e antes que quaisquer factores internacionais pudessem entrar em jogo, já ocorriam por praticamente toda a Espanha formas extremas de violência recíproca. Por isso, os historiadores têm de explorar o significado desta violência e a sua relação com o ambiente interno do pré-guerra. Neste aspecto, houve três factores fundamentais. Primeiro, os níveis extremamente desfasados de desenvolvimento prevalecentes em Espanha por volta dos anos 30, no sentido em que o golpe militar desencadeou, efectivamente, uma série de guerras entre culturas: a cultura urbana e os estilos de vida cosmopolitas *versus* a tradição rural; o secular *versus* o religioso; o autoritarismo *versus* as culturas políticas liberais; o centro *versus* a periferia; o papel tradicional do género feminino *versus* a «nova mulher»; e até mesmo os jovens *versus* os velhos, uma vez que os conflitos geracionais também se faziam sentir.

Em segundo lugar, a violência com que os elementos em oposição se confrontaram não pode ser dissociada da influência cultural de um tipo de catolicismo maniqueísta

que ainda predominava em Espanha, afectando inclusive muitos daqueles que tinham rejeitado de forma consciente a crença religiosa e a autoridade da Igreja. Finalmente, e uma vez que o detonador dos acontecimentos foi um golpe militar, temos de observar o papel desempenhado pelo exército espanhol e, em particular, a emergência de uma cultura política rígida e intolerante no seu corpo de oficiais ao longo das primeiras décadas do século xx.

Um aspecto crucial em todos estes factores, especialmente no militar, foi a perda definitiva do império, em 1898, que privou o país dos seus mercados externos protegidos e, conseqüentemente, desencadeou um debate amargo e intermitente sobre como deveria a Espanha modernizar-se economicamente e quem deveria suportar os custos dessa modernização. Os argumentos evocados a favor das reformas internas pelas elites industriais espanholas relativamente mais progressistas, em especial as originárias do sector têxtil catalão, tiveram pouco seguimento, uma vez que afrontavam os interesses instalados de um sector agrícola inevitavelmente mais poderoso, num país cuja economia ainda se baseava sobretudo na agricultura. Os grandes latifundiários, cujas propriedades dominavam a metade sul de Espanha, teriam sido o sector de elite mais afectado pelas reformas económicas e políticas. Além disso, eram também inflexíveis em termos de temperamento: muitos eram pais e irmãos mais velhos das elites militares – grupos conhecidos pela sua extrema desconfiança em relação à mudança.

A perda do império destituiu o descomedido corpo de oficiais espanhol, herdado das constantes guerras do século XIX, de qualquer papel significativo na defesa externa, transformando os militares num poderoso lóbi político interno, determinado em encontrar um novo papel e, ao mesmo tempo, em precaver-se contra qualquer perda de rendimento ou de prestígio. Para remover o estigma da derrota, cresceu entre os corpos de oficiais um mito poderoso, segundo o qual os políticos civis tinham sido os únicos responsáveis pela perda definitiva do império, o que lhes conferiria escassa legitimidade moral para governar o país. Esta convicção estava já profundamente enraizada quando Francisco Franco ingressou, aos 15 anos, na academia militar, em 1907. Uma nova geração de cadetes começou a afirmar-se como defensora da unidade e da hierarquia da Espanha, bem como da sua homogeneidade cultural e política, consubstanciada na grandeza histórica do país. De facto, boa parte da elite militar foi mais longe, interpretando a apologia desta ideia de «Espanha» como um novo dever imperial – e, desse modo, interpretando erradamente a constituição monárquica, que definia os territórios coloniais espanhóis como províncias da metrópole. O aspecto mais perigoso desta nova interpretação da defesa do império foi o facto de ter sido dirigida contra outros grupos de espanhóis, que simbolizavam as mudanças sociais e económicas em curso nas vilas e cidades.

Estas mudanças foram mais lentas do que em alguns outros países europeus, mas, por volta da segunda década

do século XX, a Espanha urbana estava em movimento. Cidades como Sevilha ou Saragoça cresciam, à medida que a indústria (ainda que numa escala pequena) se expandia para além das habituais áreas do norte (minas de carvão, fundições de ferro e aço, construção naval) e do nordeste (têxteis catalães). Igualmente afectada foi a região de Valência, na costa nordeste, onde o desenvolvimento industrial e urbanístico reforçou o anticontralismo tradicional (federalismo). Estas mudanças económicas e o desenvolvimento que as acompanhou – por exemplo, ao nível da melhoria das vias de comunicação e transporte ou da circulação relativamente mais livre de novas ideias – criaram novos círculos sociais: um sector profissional urbano e trabalhadores da indústria, ambos com um desejo crescente de expressão política. A ordem social tradicional, com os seus privilégios altamente restritos, estava, portanto, sob uma pressão cada vez maior na Espanha urbana.

No entanto, existia outro país, de longe bem menos afectado por estas reivindicações: a Espanha rural e provinciana, *la España profunda*. A maior parte dos 20 milhões de espanhóis (21 303 mil, em 1920) ainda vivia em aldeias e pequenas vilas. No centro e no norte, o grosso da população era constituído por camponeses minifundiários, muitos de condição modesta, alguns muito pobres. Esta sociedade rural servia as populações de cidades agrárias ou mercantes, habitadas por uma classe média provinciana, de atitudes sociais semelhantes. Era um mundo austero, unido pelos laços dos costumes e da tradição, no qual uma forma

conservadora de catolicismo fornecia a linguagem, os valores e a cultura comuns. A relação estreita entre a Igreja e a comunidade era cimentada pela decisiva função pastoral exercida pelos párocos locais. A Igreja proporcionava não só conforto espiritual, mas também apoio em questões práticas – frequentemente sob a forma de bancos de crédito agrícola, que ofereciam uma tábua de salvação a uma classe empobrecida de pequenos agricultores, permanentemente ameaçada pelo fracasso das culturas e receosa de ficar à mercê dos capitalistas. O facto de a Igreja e a comunidade desejarem proteger-se reciprocamente derivava do receio que ambas sentiam em relação à mudança, assim como do facto de se identificarem com um velho e acarinhado mundo de ordem e hierarquia. Muitos identificavam-se especificamente com a monarquia, que entendiam ser a melhor forma de governo para proteger esta ordem. A Igreja mantinha-se-lhe fiel, quanto mais não fosse para evitar as consequências do avanço do liberalismo político e do pluralismo cultural, que ameaçavam profundamente o seu próprio monopólio da verdade. Já nas primeiras décadas do século xx, a Igreja Católica espanhola sentia o cerco a apertar: não só dispunha de pouca autoridade entre os trabalhadores citadinos, como também há muito perdera os numerosos pobres do sul rural. Os trabalhadores agrícolas do «sul profundo» consideravam-na como o sustentáculo perpetuador de uma ordem fundiária que os oprimia. O sul de Espanha era dominado por enormes propriedades, onde trabalhavam camponeses sem terra cujas vidas eram domi-

nadas por uma luta constante contra a fome. Por norma, as grandes propriedades cultivavam uma só plantação, o que significava que os trabalhadores dependiam de uma única fonte de rendimento, a qual, mesmo assim, existia apenas durante uma parte do ano – as épocas de sementeira e de colheita. Na ausência de um sistema público de segurança social ou de quaisquer outras formas de combate à pobreza, esta dependência transformava os sem-terra em potenciais escravos à disposição dos latifundiários e dos intendentos. Os trabalhadores eram agredidos pelos capatazes e pela polícia rural, a odiada guarda civil que atirava a matar contra trabalhadores desempregados que procurassem bolotas e madeira em propriedade privada. O facto de o pároco local actuar, invariavelmente, como aliado do proprietário e do chefe da polícia tornava as classes rurais desfavorecidas veementemente anticlericais e fazia da religião um foco vicioso de cisão política e de classe social. A exploração sistemática dos mais fracos transformava a violência num factor endémico a esta sociedade rural fortemente reprimida. As periódicas revoltas de escravos protagonizadas pelos camponeses pobres eram no entanto facilmente neutralizadas pela polícia, tanto antes como depois da Primeira Guerra Mundial.

Contudo, na Espanha urbana, a Primeira Guerra Mundial foi, tal como no resto da Europa, a grande impulsionadora das mudanças sociais. Embora Espanha não tenha participado militarmente, a guerra deu origem a um acentuado crescimento económico, mas também a

formas extremas de inflação e de êxodo populacional que afectaram drasticamente os sectores mais desfavorecidos da sociedade, tanto nas zonas rurais como nas urbanas. Foi nas zonas urbanas que a conseqüente agitação social mais alarmou os grupos de elite, que começaram a encarar os protestos incontrolados à luz da Revolução Russa. O epicentro da ameaça era a «vermelha» Barcelona. As classes dominantes espanholas não temiam propriamente a sombra do bolchevismo, mas sim a da CNT (Confederación Nacional del Trabajo), um poderoso movimento anarco-sindicalista daquela cidade. A CNT empenhava-se em formas directas – e por vezes violentas – de acção contra os empregadores mais intransigentes, que conspiravam com as autoridades militares (houve mesmo um caso célebre envolvendo um oficial de alta-patente que era governador civil de Barcelona) para assassinar líderes sindicais afectos àquele movimento. Com o objectivo de pôr cobro aos distúrbios laborais e de restaurar a ordem conservadora no país, o general Miguel Primo de Rivera conduziu, em 1923, um golpe militar «moderado», bem acolhido pelo monarca em exercício, o rei Afonso XIII, que privilegiava fortemente as soluções militares para os problemas da governação, em detrimento das soluções constitucionais.

O trilho da ditadura também foi facilitado pelo crescimento económico dos anos 20, que, ao mesmo tempo, intensificou as reivindicações dos sectores urbanos de classe média por reformas políticas, nomeadamente por direitos constitucionais que defendessem os seus interesses

face ao poder arbitrário do ditador. Os partidos políticos eram ilegais, mas, nos anos 20, assistiu-se à proliferação de associações profissionais – de professores, de funcionários dos correios, de médicos, entre outros –, processo que, na prática, levou alguns sectores da classe média espanhola a tornarem-se republicanos, em busca de direitos políticos. O crescente êxodo para as cidades em tempos de crescimento económico e a difusão da rádio entre as camadas instruídas das metrópoles também aumentaram dramaticamente o fosso entre a Espanha urbana e as aldeias e vilas da Espanha profunda.

O florescimento da modernidade podia ainda ser pressentido nas próprias contradições da ditadura. Apesar do seu empenho em restaurar uma ordem conservadora, Primo também procurou implementar algumas reformas-chave nos domínios do exército e dos direitos laborais. Mas, nesses aspectos, até mesmo uma ditadura militar se via condicionada pelos interesses corporativos dos militares, ao mesmo tempo que as elites fundiárias travavam a extensão das principais reformas sociais às massas empobrecidas do sul rural. Quando a oposição militar derrubou Primo, em 1930, o rei viu-se comprometido. Perante a vaga de republicanismo na Espanha urbana, a Igreja Católica era a única instituição do antigo regime a apoiar inequivocamente a monarquia. A recordação dos elementos perigosamente inéditos da ditadura pode ter tido a paradoxal consequência de tornar o cenário de uma república menos significativo aos olhos dos grupos de elite. Na verdade,

quando foi proclamada de forma pacífica, a 14 de Abril de 1931, a república pode até ter sido encarada como um meio eficaz para apaziguar a opinião pública, representada pelas multidões jubilantes que se aglomeraram nas ruas das grandes cidades. Porém, aqueles que acreditavam que a república seria, simplesmente, «mais do mesmo» – a ordem política da monarquia, embora sem um rei –, cedo se desengana-ram: o primeiro governo republicano estava determinado em conferir ao novo regime uma essência reformista, capaz de produzir uma redistribuição fundamental do poder social e económico em Espanha.

Os apoiantes de uma agenda reformista constituíam dois grupos distintos. O primeiro, dos republicanos progressistas, era uma classe política composta sobretudo por advogados e professores, que formavam pequenas associações, mais do que partidos de massas. Justamente por lhes faltar força eleitoral no que era agora um sistema político baseado no sufrágio universal, os republicanos necessitavam do apoio do segundo grupo: o movimento socialista espanhol (partido político e sindicato). Historicamente moderado e reformista, este era, à altura da proclamação da república, o único movimento político de massas em Espanha. Enquanto os socialistas estavam empenhados nas reformas sociais, desejando criar um pequeno estado-providência, os republicanos centravam os seus objectivos nas reformas estruturais. Consideravam-se herdeiros da Revolução Francesa de 1789 e procuravam abrir Espanha à Europa, implementando a modernização económica e cultural, segundo o modelo

francês, em quatro aspectos essenciais: propriedade agrícola, educação, relações entre estado e igreja, e exército.

A reforma agrária visava a criação, no sul de Espanha, de uma comunidade de pequenos proprietários rurais afetos à causa republicana, cujo aumento do poder de compra também potenciase um mercado interno que pudesse estimular o desenvolvimento industrial. A igreja e o estado deviam ser separados, e os subsídios públicos atribuídos ao clero progressivamente extintos, de modo a libertar recursos para financiar um sistema nacional não religioso de instrução primária, através do qual a nação republicana pudesse ser construída. A reforma do exército visava colocar aquela instituição sob controlo civil e constitucional. Paralelamente, a redução dos corpos de oficiais também permitiria cortes na factura dos salários, gerando mais fundos para as reformas estruturais. Todas as reformas republicanas, assim como a legislação para um sistema de segurança social dos seus colegas socialistas, tinham por objectivo aumentar a democracia económica enquanto pré-requisito essencial para o estabelecimento de uma democracia política. Os republicanos progressistas eram, acima de tudo, constitucionalistas, apesar de compreenderem que muitos mais cidadãos económica e socialmente desfavorecidos tinham de ser incluídos até que a república pudesse, efectivamente, implementar a supremacia da lei. Mas compreender uma situação é uma coisa e ter o poder indispensável para implementar as medidas necessárias é outra, bem diferente.

Nota biográfica

HELEN GRAHAM é professora de História de Espanha na Royal Holloway, Universidade de Londres. Tem centrado o seu trabalho no estudo do conflito espanhol e é especialista em história da Europa moderna, desde a Revolução Francesa até ao século xx. Os seus livros e artigos focam-se sobretudo nas guerras civis europeias de 1917 a 1947. Este livro, publicado originalmente pela Oxford University Press, já vendeu mais de 50 mil cópias em inglês e já foi traduzido para dezenas de línguas. Actualmente, Helen Graham é detentora de uma bolsa de investigação com um projecto sobre as prisões de Franco.

**BREVE HISTÓRIA
DA GUERRA CIVIL
DE ESPANHA**

foi composto em caracteres
Hoefler Text e impresso pela ACD Print
sobre papel CoralBook de 90 gramas,
no mês de Maio de 2023